Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 203: BEM DE FAMÍLIA V 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 203 Brasília, 11 de novembro de 2022

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 21/10/2022.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 203: BEM DE FAMÍLIA V

1. Para se reconhecer a impenhorabilidade do bem de família não é exigido que o devedor prove que o imóvel onde reside é o único de sua propriedade.

Julgados: AgInt no AREsp 1719457/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 11/02/2021; AgInt no AREsp 1558073/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 12/03/2020; AgInt no AREsp 909458/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 04/06/2019; REsp 1685402/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 16/10/2017; AgRg nos EDcl no AREsp 794318/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 07/03/2016; AREsp 2088444/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 20/09/2022

2. É impenhorável o bem de família de devedor que sirva de residência para os seus familiares, ainda que aquele habite em outro imóvel.

Julgados: AgInt na TutPrv no AREsp 2046365/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 17/08/2022; AgInt no REsp 1889399/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/05/2022; AgInt no REsp 1801059/SE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 18/06/2019; EREsp 1216187/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 30/05/2014; REsp 1126173/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 12/04/2013; REsp 831553/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 26/05/2011

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 543)

3. É possível atribuir o benefício da impenhorabilidade a mais de um imóvel do devedor, desde que pertencentes a cada uma das entidades familiares formadas após a dissolução da união estável ou da separação ou do divórcio.

Julgados: AgInt no REsp 1835498/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 24/04/2020; AgInt no REsp 1801059/SE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 18/06/2019; AgInt no AREsp 1158338/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 22/08/2018; REsp 1126173/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 12/04/2013; REsp 859937/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 28/02/2008; REsp 1789150/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, publicado em 05/08/2020

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 352)

4. A impenhorabilidade do bem de família da Lei n. 8.009/1990 remanesce ainda que se trate de imóvel de alto padrão ou de luxo, independentemente do seu valor econômico.

Julgados: AgInt no REsp 1965350/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 29/04/2022; REsp 1726733/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 16/10/2020; AgInt no AREsp 1146607/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 07/05/2020; AgInt no REsp 1806654/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 13/12/2019; AgInt no REsp 1656079/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 06/12/2018; AgInt no REsp 1669123/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 03/04/2018

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 456) (Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta)

5. A pequena propriedade rural trabalhada pela entidade familiar é impenhorável, ainda que oferecida em garantia hipotecária pelos respectivos proprietários.

Art. 4º, § 2º, da Lei n. 8.009/1990.

Julgados: AgInt no AREsp 2106993/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 21/10/2022; AgInt no AREsp 1999952/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 22/06/2022; AgInt no AREsp 1968844/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 24/03/2022; AgInt no REsp 1810055/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 22/02/2022; AgInt no AREsp 1838004/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 19/08/2021; AgInt no AREsp 1607609/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 23/03/2021;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 689) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Legislação Aplicada Lei 8.009/1990 - Impenhorabilidade do bem de família - Art. 4º § 2º)

6. O falecimento do devedor não faz cessar automaticamente a impenhorabilidade do imóvel caracterizado como bem de família, pois a proteção legal deve ser estendida em favor da entidade familiar.

Julgados: AgInt no REsp 1669123/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 03/04/2018; AgInt no AREsp 1130591/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 15/12/2017; REsp 1271277/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 28/03/2016; EDcl no REsp 1822604/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, publicado em 09/09/2020; REsp 1759991/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 05/09/2019; AREsp 1199556/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 27/03/2018

7. A proteção instituída pela Lei n. 8.009/1990 impede a penhora de direitos hereditários no rosto do inventário do único bem de família que compõe o acervo sucessório.

Julgados: REsp 1271277/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 28/03/2016; AREsp 1199556/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 27/03/2018;

8. É penhorável o bem de família ofertado como garantia para ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS quando o devedor atua de maneira fraudulenta, com abuso do direito de propriedade e manifesta violação à boa-fé objetiva.

Julgados: REsp 1200112/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 21/08/2012

(Vide Jurisprudência em Teses N. 44 - TEMA 11)

9. Os bens móveis que guarnecem o bem de família são impenhoráveis, excetuados aqueles em duplicidade, por não se tratar de utensílios necessários à manutenção básica da unidade familiar.

Art. 1º, parágrafo único, e art. 2º, caput, da Lei n. 8.009/1990.

Julgados: AgRg no REsp 606301/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 19/09/2013; AgRg no Ag 821452/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 12/12/2008; REsp 533388/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 29/11/2004; AREsp 2095571/SP (decisão monocrática), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, publicado em 31/08/2022; AgInt no REsp 1728512/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 01/12/2020; AREsp 1481413/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, publicado em 19/08/2019

(Vide Legislação Aplicada Lei 8.009/1990 - Impenhorabilidade do bem de família - Art. 2º e Lei 8.009/1990 - Impenhorabilidade do bem de família - Art. 2º)

10. Os bens móveis que guarnecem a residência do devedor, enquanto não quitados, não se integram ao bem de família protegido pela Lei n. 8.009/1990, logo são passíveis de penhora.

Parágrafo único do art. 1º da Lei n. 8.009/1990.

Julgados: REsp 554768/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, DJe 04/08/2009; REsp 1408918/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 13/05/2015

(Vide Jurisprudência em Teses N. 44 - TEMA 3)